



MERCADO DE TRABALHO, CADEIAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE SUBCONTRATAÇÃO: O CASO DA PROFISSÃO DOCENTE EM SERGIPE

Alfrancio Ferreira Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
diasalfrancio@hotmail.com

Introdução

O tema desta investigação surgiu ao longo de nossa trajetória como profissional da educação (ensino e pesquisa), bem como a partir da participação no Grupo de Estudos em Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero, e no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero – NEPING, vinculado à Universidade Federal de Sergipe. Esse núcleo, na última década tem, de forma significativa, contribuído nas discussões sobre problemáticas que cercam as relações de gênero, em especial, os avanços na situação da mulher na sociedade contemporânea. As reflexões e atividades desenvolvidas contribuíram para a emergência do interesse inicial dessa pesquisa.

Nas ciências sociais, não há muito tempo, vêm sofrendo uma ampliação na maneira de problematizar as categorias de análise, com as quais o movimento feminista tem contribuído de forma relevante. Os estudos feministas buscam, inicialmente, a visibilidade das práticas sociais e políticas das mulheres, na tentativa de reescrever um novo processo social para superar os fatos da história (BEAUVOIR, 1949; FRIEDMAN, 1963; MILLETT, 1970). A Sociologia, ao analisar a categoria “trabalho”, vem mostrando que o trabalho docente tem perpassado por diversas dinâmicas como formas de inserção diferenciada entre os sexos, qualificação, reestruturação produtiva, precarização e flexibilização. Desse fato, também surgem novas transformações nas relações e uma nova organização institucional.

Em virtude dos termos colocados pelo debate atual acerca das alterações no mundo do trabalho, principalmente no campo da Sociologia do Trabalho e da Sociologia da Educação, surgiu um novo olhar sobre as novas questões e dimensões das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

transformações do trabalho. Os estudos da Sociologia do trabalho têm esclarecido sobre as diversas modificações do trabalho. Particularmente, os estudos, com destaque para o trabalho docente nas instituições de ensino no Brasil, são numerosos e revelam como a reestruturação produtiva atingiu o trabalho docente. São privilegiadas as análises da precarização do trabalho docente, a flexibilização das relações contratuais de trabalho, a qualificação de professores (BOSI, 2007), deixando de mostrar as transformações experimentadas por eles no cotidiano do trabalho no ensino médio. Mesmo no caso de estudos internacionais, a tendência mantém-se em considerar a precarização do trabalho docente apenas como flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas (GENTILI, 2005). Novas características e demandas de qualificação para o trabalho surgem com novas exigências de perfis profissionais colocadas também para as/os trabalhadoras/es docentes, a partir do paradigma de produção emergente. As tendências recentes mostram a evolução das qualificações nas novas organizações institucionais, mudanças que configuram, ao passar dos anos, a emergência de um novo paradigma produtivo, considerado alternativo ao Fordismo. Neste sentido, faz-se necessário analisar com mais profundidade as perspectivas e impactos colocados para o emprego e salário, a qualificação de um novo profissional e diante da flexibilização da mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Esta pesquisa chama a atenção para as formas de organização do trabalho, priorizando-se o ponto de vista das(os) docentes do ensino médio, a partir de novas exigências de perfis profissionais no contexto da globalização e da introdução de inovações tecnológicas. Procura-se destacar a valorização do processo de formação para uma atuação qualificada no mundo do trabalho e na prática social. Nesse sentido, a partir dessa reflexão, cabe dizer que há uma lacuna que se pretende preencher com a realização dessa pesquisa. A fim de nortear as questões orientadoras do processo inicial da pesquisa, bem como as análises posteriores, elaboramos as seguintes perguntas: Qual o perfil das (os) trabalhadoras/es admitidas/os do setor docente e que condições de empregabilidade e ampliação da cidadania encontram no contexto atual? Como as/os docentes inseriram-se na carreira docente e vivenciaram as mudanças no cotidiano a partir dos novos paradigmas do trabalho e da formação? Em que medida os atributos de gênero constituem barreiras para a requalificação e o reingresso de mulheres docentes



ao mercado de trabalho? Como é valorizada a noção de qualificação e competência no discurso das/os docentes? Em que medida as imagens de gênero dificultam a ampliação dos direitos e a conquista da cidadania das mulheres? Como redirecionam e reconstróem seus projetos de carreira/profissão/requalificação e estruturam representações de gênero nas experiências de socialização nos espaços da vida profissional e familiar?

Na tentativa de compreender as relações sociais constituídas no trabalho docente, a pesquisa tem como objetivo geral analisar, sob a perspectiva de gênero, as transformações vivenciadas no cotidiano do trabalho docente no ensino médio do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, avaliando os avanços na democratização das relações sociais na ampliação da cidadania e dos direitos das/os docentes. Nesse sentido, esta pesquisa tem como **pressuposto** a ideia de que mulheres e homens docentes, a partir da reestruturação produtiva, atribuem sentidos e significados diferentes ao trabalho e a qualificação no ensino médio no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, de acordo com o pertencimento a grupos sociais, a definição dos lugares atribuídos a homens e mulheres, a trajetória no trabalho na família, aspectos que influenciam na construção de projetos e expectativas pessoais e profissionais, que passam a ser vividas de maneira diferenciada por homens e mulheres. Considerou-se que, ao mesmo tempo em que o trabalho é uma **atividade central na sociabilidade** humana, uma *praxis* criadora, que difere o homem da natureza e dos animais, ele é, também, no capitalismo, esvaziado de sentido e, não raramente, representa um flagelo, uma angústia, uma alternativa única tanto de obtenção dos meios de vida quanto de reprodução social para a classe trabalhadora. O conceito de trabalho e as relações de classe e gênero serão tratados por meio da articulação das esferas da produção e da reprodução, do trabalho assalariado e da família, visando colocar em evidência os elementos subjetivos, as representações dos trabalhadores e, em especial, das trabalhadoras, que participam na construção de mundos, muitas vezes completamente diferentes das ideias daqueles que estão no poder, possibilitando obter uma visão mais clara de seu papel no mundo do trabalho e no mundo vivido.

Ainda que a preocupação desta pesquisa volte-se para as experiências desenvolvidas entre o feminino e o masculino, procura-se privilegiar o discurso sobre o feminino, sem deixar de recorrer, quando necessário, ao discurso sobre o masculino. Por



essa via, a **abordagem do objeto deste trabalho**, no plano teórico e prático, centra-se nas experiências de docentes mulheres, entendidas como sujeitos da história e do processo de trabalho. Isso significa tentar compreender, em seu próprio campo de atividade profissional, as imagens e as representações através das quais as docentes trabalhadoras procuram explicar a realidade em que se acham inscritas, elaborando uma fala própria sobre si mesma, identificando, polemicamente, o que significa o feminino não só como imagem, mas, sobretudo, como relações que se formam no interior de uma situação específica.

A reflexão sobre as práticas compartilhadas pelos sujeitos trabalhadores constitui uma modalidade de conhecimento reveladora de um sistema coletivo de entendimento/consenso. Nesse sentido, pode-se perceber que os agentes trabalhadores não apenas aplicam os conhecimentos, como também reproduzem e produzem conhecimentos, o que significa que criam algo que não existia como tal (na forma, ou no conteúdo, no seu uso, ou na ideia). Esse conhecimento pode ainda ser baseado nas tradições acumuladas, transformadas e constituídas em suas relações sociais.

Vale ressaltar, portanto, que os perfis das/os professoras/es, neste estudo, serão pautados em reflexões de Stuart Hall (1993) e Pierre Bourdieu (2000). Ou seja, as reflexões sobre as identidades e perfis das personagens centrais da análise serão sustentadas, inicialmente, na reflexão basilar de Stuart Hall (1993). Para ele, as identidades estão sempre em processo de formação, de modo que não se pode falar em identidades fixas, inalteradas. Afirma ainda que, embora a noção de identidade esteja relacionada a “pessoas que se parecem”, “sentem a mesma coisa” ou “chamam a si mesmas pelo nome”, estes são referenciais insuficientes, que não satisfazem aos pressupostos necessários à compreensão adequada do fenômeno da identidade. Como um processo, assim como uma narrativa ou bem como um discurso, “a identidade é sempre vista da perspectiva do outro” (HALL, 1993, p. 45). Esta é uma formulação fundamental, porque nos leva à consideração de que as identidades de professoras/es da rede estadual de ensino de Aracaju só podem ser vislumbradas no que têm a dizer – sobre si e sobre o seu *outro, na relação com o outro*.

A análise das relações sociais de gênero fundamenta-se na compreensão de que as distinções entre trabalhadores mulheres e homens são resultado de construções



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

culturais, isto é, são **produto da cultura** e não decorrem de dados biológicos. Por conseguinte, a dominação com base no princípio patriarcal, veiculada pela difusão da valorização da figura masculina, encontra suas origens e sua função na cultura atual nos valores, na institucionalização de normas sancionadas pela coletividade, nas regras de comportamentos, nos estilos de comunicação, no sistema informal de relacionamentos identificados e fundados nas experiências dos homens, vinculadas por relações hierárquicas de poder, relações essas desfavoráveis ao gênero feminino.

A hierarquia é assim colocada como uma forma organizadora dos modelos classificatórios, como um modo de organizar o mundo, baseado no princípio do valor, que confere significado às diferenças de valores de gêneros distintos. Então, desponta, geralmente, um discurso gerador de justificativas biológicas sobre a *fragilidade feminina*, necessárias à política sexual de separação das esferas pública e privada. Frise-se que essa análise exige a desconstrução de muitos significados vinculados à biologia, ao sexo, à natureza, ao gênero. Contudo, é importante ressaltar que as diferenças de classe são “co-extensivas” às diferenças de gênero (HIRATA e KERGOAT, 1994, p.96). A dinamização de uma esfera (classes sociais, produção) não pode deixar de ter efeito sobre a dinâmica da outra. Numerosas práticas sociais dependem, principalmente e de forma indissociável, das relações de classe e das relações sociais entre os sexos, na produção de bens, onde elas originam-se, e na reprodução de ideias que formam os seres humanos e prosseguem atuando de forma dinâmica. O patriarcado não pode ser analisado como um domínio ideológico, ou seja, como o *locus* da reprodução de classe. Existe uma estrutura patriarcal de produção, uma estrutura de classe e de cultura: ambas são coordenadas; não complementares e são entrelaçadas. Sua dinâmica interage; elas ajudam a estabilizar e a desestabilizar uma à outra e seus efeitos na vida de qualquer pessoa são condensados. O ponto essencial é que, como uma questão de fato, essa estrutura conjunta é a estrutura da formação da pessoa.

É evidente que nenhuma prática social concreta não é a pura expressão ou manifestação de uma relação social única. Nessa linha de reflexão, o conhecimento da cultura patriarcal, aparentemente banal, pode-se constituir em um ponto de referência, hoje urgente, para que se possa refletir, no campo da Sociologia da Educação, sobre o caráter histórico e cultural desses processos, com o fim de gerar procedimentos



democráticos. Para Hall (1997), a cultura tem a ver com os significados partilhados, num conjunto de práticas; a linguagem é o meio privilegiado com que se dá sentido a tudo isso. Sustenta que o diálogo possibilita a construção de uma cultura de entendimentos partilhados, por conseguinte, a interpretação do mundo. Neste sentido, é interessante acompanhar a reflexão de Hall (1997) acerca da construção de *representações sociais*, de como se materializam no mundo das ideias, pois, para o autor, há uma associação direta entre representação, cultura e linguagem. Ser professora/or pode consistir-se em situação de risco, que pode levar à condição de preconceito, pobreza e isolamento social. Os processos de urbanização, de industrialização e de modernização corroboraram ao declínio do *status* dos professores nas sociedades contemporâneas.

No entanto, faz-se necessário fazer uma crítica aos paradigmas produtivos e aos novos paradigmas de qualificação a partir da introdução, na análise, da divisão internacional do trabalho e da divisão sexual do trabalho, na medida em que a *especialização flexível* não parece um conceito pertinente para a mão-de-obra feminina, nem no Brasil e nem nos países de capitalismo mais avançado com mostra Hirata (1994). Principalmente, no que se refere à questão da subjetividade e dos componentes intersubjetivos da competência, do trabalho e da qualificação, tornando incontornável a reflexão sobre o lugar dos (das) docentes.

Desde que foi possível perceber, através dos estudos sistemáticos, os efeitos das mudanças dos paradigmas produtivos e das crises geradas sobre o mundo do trabalho, os fóruns de discussão e diálogo dos movimentos feministas, e em especial de mulheres, começaram a questionar a existência de seus possíveis impactos na vida das mulheres e de uma diferenciação dos impactos segundo o sexo do trabalhador. Alguns argumentam que as crises do mundo do trabalho podem prejudicar, de maneira mais intensa, a população feminina, devido a uma participação mais precária no mundo do trabalho.

Compreende-se que os impactos destas mudanças atingem, diferentemente, a subjetividade de todos os trabalhadores a depender de sua localização no espaço e tempo determinado. A noção de compressão do tempo espaço para Harvey é assim entendida:



Por compressão do *tempo-espaço*, quero sinalizar [...] processos que revolucionam de tal forma as qualidades objetivas do espaço e do tempo que nos vemos forçados a alterar, às vezes de maneiras bastante radicais, o [modo] como nos representamos no mundo. Uso a palavra 'compressão' porque se pode argumentar decisivamente que a história do capitalismo tem sido caracterizada pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo pela superação de barreiras espaciais, de tal forma que o mundo às vezes parece estar implodindo sobre nós. (HARVEY, 1999, p.78)

O novo ciclo de compressão do espaço-tempo na vida cotidiana, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capitalista e as formas culturais contemporâneas engendram-se mutuamente (HARVEY, 1999). Estruturam-se processos de fragmentação e reconstrução de identidades entendidas em um universo heterogêneo e dinâmico, ou seja, processadas em universos estruturados por redes sociais a que os atores filiam-se e entre as quais transitam no fluxo de diversas atividades cotidianas que se desenrolam em cenários no mais das vezes regulados ou institucionalizados.

Cabe dizer que o avanço da globalização não suprime as diversidades existentes dos mundos de trabalho; pelo contrário, o avanço da globalização tende a acirrar a heterogeneidade e a diversidade de situações de trabalho, do emprego e de formas de inserção das mulheres e dos homens. As desigualdades sociais parecem exacerbar-se sob o impacto da flexibilização da relação salarial, mas, ao mesmo tempo, ela aparece como o quadro para a estruturação de novos coletivos.

A educação é uma instância que sempre se fez presente nas discussões e nas visões feministas em todo o seu contexto histórico, através das reivindicações do acesso à escolarização, na busca pela qualificação profissional e, principalmente, pela busca de poder, pois o ponto inicial de pensar o trabalho docente é visto, aqui, como um espaço de uma vivência concreta de relações sociais. A educação é necessária para equalizar as condições de vida, as relações entre homens e mulheres e as diferenças, promovendo a mobilidade social e melhor condição de vida (CRUZ, 2005).

Problematizando o objeto da investigação

Considerou-se o conceito de gênero como uma categoria explicativa e fértil para a análise dos aspectos da docência, muito mais pródiga de razões que a pura e simples composição sexual poderia sugerir. A primeira decorrência indica que o sexo da



docência articula-se com a reprodução de preconceitos que perpetuam práticas sexistas. O conceito de gênero possibilita uma abordagem da docência para além da mera presença do sexo feminino. São muitos os usos e os abusos do gênero, para empregar a feliz expressão de Scott (1990) e Heilborn¹. Nesta pesquisa, a questão do gênero é considerada, com auxílio de referenciais teóricos que tratam do trabalho feminino com base em autores clássicos e contemporâneos. Gênero é empregado com a preocupação social, histórica e cultural de superar as explicações biologizantes acerca das ‘relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos’ e com ênfase em sua definição como um ‘um primeiro modo de dar significado às relações de poder’(CRUZ, 2005). Nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, interfere nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos. Não se trata de afirmar que sempre foi assim ou que é inerente à nossa “natureza”.

No âmbito educacional, as experiências socioculturais dos docentes passaram a ser testadas a partir das reformas educacionais promovidas nos países da América Latina, principalmente no Brasil, a partir da reestruturação produtiva do mercado de trabalho. Tais reformas possibilitaram a ocorrência de uma reestruturação do trabalho docente, ampliando a precarização das relações de emprego e do trabalho docentes, na qual intensificou a insatisfação das/os trabalhadoras/es da profissão docente. A gênese dessas mudanças acontecidas no mundo do trabalho, que, conseqüentemente, atingiram as atividades docentes, situa-se numa crise de acumulação do capital no início da década de 1970.

Atualmente, observa-se o desenvolvimento da polarização do emprego feminino em dois segmentos: o primeiro, em cargos executivos e pelas profissões intelectuais altamente qualificadas (juristas, magistradas, pesquisadoras, engenheiras, etc); o segundo, em profissões consideradas femininas (setor de saúde, educação, trabalho em escritórios), sendo o último, objeto de interesse dessa pesquisa. Tais indicadores são frutos do declínio das formas tradicionais de família patriarcal (ABRAMO, 1998), a partir da combinação de quatro elementos: a) a transformação da economia e do

¹A este respeito, ver outras contribuições como: NICHOLSON, Linda. Interpreting gender. *Sings: journal of women in culture and society*, Chicago, vol. 20, nº 1, 1994, pp.79-105; IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de gênero. In: VILANOVA, Mercedes. (comp.) *Pensar las diferencias*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 1994, pp.31-53.



mercado de trabalho associado à abertura de oportunidades para as mulheres do campo da educação; b) as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, vem proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e reprodução humana; c) tendo como plano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo foi atingido pelo movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de 60; d) a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas experientes passam e se misturam (CASTELLS, 1999).

No setor de serviços, principalmente na educação, o crescimento da força de trabalho docente foi, inicialmente, marcado pela flexibilização dos contratos trabalhistas, tendo em vista que as possibilidades de contratação precária, a partir das modificações na legislação trabalhista, têm feito com que modifique a atuação e a qualidade do trabalho das/os docentes no Brasil. O ensino médio de Sergipano acompanhou o desenvolvimento do país, na urgência em se repensarem as diretrizes gerais e os parâmetros curriculares que orientam o trabalho docente a partir do fator econômico da revolução técnica e industrial.

A rede estadual de ensino médio, segundo IBGE (2009), possui 154 escolas de ensino médio, 3.521 docentes e 17.292 alunos matriculados. O ensino médio do Estado de Sergipe, após o impacto do processo de reestruturação da década de 1990, ficou organizado por meio de 10 Diretorias Regionais de Educação – DRE's, distribuídas em microrregiões sergipanas atendendo a demanda de 75 municípios². Dessas diretorias, destaca-se, aqui, a Diretoria Regional de Aracaju – DEA, na medida em que possui 92 escolas, 1.710 docentes e 59.154 alunos³ e, também, por possuir estabelecimentos de ensino centenários, o que engrandece de detalhes a pesquisa, pois esses estabelecimentos vivenciam com mais propriedade as transformações e demandas do mercado de trabalho, bem como o impacto no trabalho docente.

Da Diretoria Regional de Aracaju – DEA foi selecionado para a realização da pesquisa o Colégio Estadual Atheneu Sergipense, por ter sido fundado em 24 de outubro de 1870, no governo do Dr. Francisco Cardoso Júnior, então presidente da

²Dados da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe – SEED.

³IBGE 2009.



Província de Sergipe, sendo o primeiro estabelecimento de instrução pública com regulamentação de ensino secundário. Na sua fundação, o Colégio era composto de dois cursos diferentes – o de humanidades e o de escola normal⁴. Sob o nome de "O Atheneu", possui uma tradição de relevantes serviços prestados à educação sergipana. Apesar das muitas dificuldades para a manutenção das escolas públicas, desde o império até a atualidade, passando por todos os processos de reestruturação educacional, grandes personalidades da sociedade sergipana, políticos e profissionais liberais, estudaram no Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Atualmente, o Colégio Estadual Atheneu Sergipense tem 45 docentes (26 mulheres e 19 homens) com dedicação exclusiva.

Parte-se do princípio de que a rede estadual de ensino teve que se adequar às novas tecnologias e às mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos, exigindo das escolas um novo papel na integração dos alunos ao mundo contemporâneo, nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. Tal adequação partiu da reformulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), que prevê um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de jovens na vida adulta, principalmente, no trabalho. O ensino está descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Com a reestruturação na década de 1999, buscou-se dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender.

Ao fazer um panorama das pesquisas brasileiras (FRIGOTO, 2008; ANTUNES, 2009; BOSI, 2007) e internacionais (HIRATA E BRUSCHINI, 2008; HIRATA e SEGNINI, 2007; GENTILI, 2005), pode-se notar que essas transformações, ao serem recebidas no campo da educação, possibilitaram a precarização nas condições e relações do trabalho docente a partir da especialização flexível. Novas competências foram exigidas dos docentes para a preparação e orientação básica de integração ao

⁴Segundo os dados históricos da instituição, o curso de humanidades era realizado em quatro anos e compreendia as seguintes aulas: Gramática filosófica da língua nacional e análise de clássicos; Gramática e tradução da língua latina; Gramática e tradução da língua francesa; Gramática e tradução da língua inglesa; Aritmética, álgebra e geometria; Geografia e história; Filosofia racional e moral; Retórica, poética e análise de clássicos. O curso de escola normal era realizado em dois anos. O primeiro ano compreendia: "Aula de Pedagogia e Gramática Filosófica da Língua Nacional com Análise de Clássicos". No segundo ano, aula de Aritmética, Geometria e História".



novo mundo do trabalho, a fim de garantir o aprimoramento profissional e permitir acompanhar as mudanças que caracterizam a produção atualmente.

Para Castro e Deddeca (1998), a flexibilização surge como um elemento necessário ao processo de reorganização das instituições, necessária para estabelecer regras de relação com seus empregados. Nesse sentido, a flexibilização das relações de trabalho e a formação profissional aparecem como as políticas que podem superar os problemas de emprego e de renda a partir de novas relações contratuais que foram modificadas em novos horários de trabalho e, principalmente, em subcontratações. Entretanto, as condições precárias de trabalho dos docentes não foram superadas.

Parece-nos que a questão fundamental do trabalho é a tendência. O emprego, como construção social ligada ao industrialismo apoiado sobre contratos de trabalho e com proteção social, encontra-se num momento de redefinição, ou seja, “num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o *status* profissional se esvai (como no caso de médicos, professores, diversas especializações na engenharia, etc.)” (PAIVA, 2001, p. 52). Faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo autotreinamento ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes.

O trabalho docente do ensino médio público brasileiro não é de dedicação exclusiva. Assim, os docentes podem acumular vínculos institucionais, sobrecarregando suas jornadas semanais de trabalho com um número altíssimo de horas-aulas. Outro agravante é que, no tempo de trabalho das/os docentes, existe um percentual de carga horária que pode chegar a 30% para estudo, preparação e correção de exercícios e avaliações dos alunos, pois, geralmente, os contratos são organizados com base na hora-aula semanal, independentemente do vínculo de emprego (temporário, CLT, estatutário). Logo, pode-se afirmar que essa porcentagem de carga horária está sendo utilizadas para realização de novos contratos outras instituições privadas ou, até mesmo, públicas.



Se o ensino é uma das poucas profissões que permite o acúmulo de dois empregos, ela também consente que um professor trabalhe em duas ou mais escolas para complementar sua jornada de trabalho. Há um padrão laboral no trabalho docente que legitima diferentes arranjos contratuais e que, às vezes, confunde a flexibilização do trabalho no contexto contemporâneo com a concepção de *part-time-workers* (SOUZA, 2008, p. 359).

Nota-se que a flexibilidade registrada nos regimes de trabalho das/os docentes – com exceção dos casos de regime de dedicação exclusiva, que são poucos – evidencia uma grande desregulamentação do trabalho docente, na medida em que a flexibilização da contratação e do regime de trabalho pode variar a depender da região do Brasil. Essa concepção de flexibilidade não está associada ao paradigma das competências, mas sim, à precarização contratual e das condições de trabalho docente.

Flexibilidade e precarização são conceitos contemporâneos ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores e que tendem a se consolidar, na medida em que o trabalho perdeu força política frente ao capital. Segundo Paiva (2001), a partir do momento em que o trabalho assalariado entra em crise, também toda estabilidade e linearidade que lhe está associada. O trabalho, ao se deslocar de locais que antes o centralizavam e, ao descentralizar-se, invade os lares, interfere na dinâmica destes e na estruturação das relações familiares, entre gêneros, entre gerações. Se a padronização de salários e carreiras esvai-se, uma vez que as trajetórias ascendentes são substituídas por gangorras profissionais e sociais, modifica-se o sentido dos trajetos qualificatórios, bem como a forma de viver o cotidiano e as projeções que podem ser feitas em relação ao futuro.

As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego da última década têm mostrado que professoras/es trabalham em tempo completo, ou seja, ambos os sexos trabalham no ensino de 30 a 40 horas semanais em média, sendo que as professoras representam mais de dois terços do total dos docentes com jornadas acima de 30 horas. Souza (2008), por exemplo, mostra, em pesquisa comparativa entre Brasil e França, que as docentes, atualmente trabalham mais 30 horas semanais, o que desconstrói a concepção de que a docência é uma profissão de mulheres pela possibilidade de cumprir jornadas parciais que permitem combinar os tempos de trabalho nos espaços público e privado. Essas novas configurações do trabalho docente descentralizam as dinâmicas



das relações interpessoais espaço profissional e, principalmente, familiar a partir das longas jornadas no espaço público, ficando o espaço privado com conflitos nas relações de gênero e de gerações.

A mobilidade da carreira docente a partir das qualificações propõe três eixos de análises: a) os docentes são responsabilizados pela sua condição de desempregado e por sua inadequação às exigências do mercado de trabalho; b) o aumento dos níveis de escolarização simultâneo à precarização crescente do emprego; c) contradição com a crença de que a utilização de uma força de trabalho mais escolarizada implicaria na melhoria das condições de trabalho (ANTUNES, 1999; ANTUNES, 2004; HARVEY, 2003; CAETANO, 2009).

A qualificação tornou-se, nacionalmente, tão relevante dentro do trabalho docente, que se definiu como um dos critérios de seleção na inserção desta carreira (concurso público ou contrato de curta duração). Existem professores que recebem salários a partir da mobilidade da carreira baseada em diplomas (especialização, mestrado ou doutorado), principalmente, quando possuem acúmulo de vínculos institucionais em escolas e faculdades, ou até mesmo em empresas privadas de outras áreas de atuação. Esse cenário permite afirmar que as condições nas quais o trabalho docente é realizado interferem não apenas na construção de carreiras, como na concepção de pertencimento à profissão (SOUZA, 2008); existe a permanência da centralidade do trabalho e aparecimento de crises socioprofissionais e identitárias do trabalhador flexível e precarizado (CASTEL, 2004; SENNETER, 2001; CAETANO, 2009); bem como o aprofundamento do estranhamento no trabalho em que prevalece uma aparente arbitrariedade mais branda no atual estágio da sociedade produtora de mercadorias (CAETANO, 2009; ANTUNES, 2004).

A qualificação para o trabalho tem sido recentemente, objeto de vários estudos nas distintas fases do desenvolvimento capitalista, no qual a sociologia tem contribuído de forma significativa abordando tanto nas análises conceituais mais recentes da Sociologia do Trabalho, quanto no cenário geral dessas mudanças, e avaliando seus impactos sobre processos de relações e organização do trabalho.

Claude Dubar (1998) parte da definição de Alian Touraine sobre a qualificação social, que, segundo o autor, apresenta muitos traços do que os especialistas no final da



década de 80 passariam a denominar com o termo ‘competência’. Dubar propõe-se a fazer um panorama dos usos do termo de competência na sociologia francesa do trabalho desde os anos 50, em que ressalta alguns momentos decisivos. Inicialmente, tenta apreender tanto as relações entre as noções de competência e de qualificação, quanto as articulações entre o uso destes termos no debate social e as definições que os sociólogos dão deles. Assim, a análise deste autor mostra que a evolução das práticas pode invalidar a legitimidade do modelo da competência, bem como o conduz a duvidar que tal modelo possa substituir de modo duradouro os paradigmas anteriores da qualificação para designar o que está em jogo na troca salarial, questionando a noção de *qualificação social*, que me parece prefigurar uma das importantes acepções da noção de competência.

Nesse sentido, a posição epistemológica neste ponto é, decididamente, matizada: “a sociologia não é nem o simples reflexo científico das controvérsias ou convicções dos atores sociais, nem uma verdade objetiva acima do embate social”. (DUBAR, 1998, p. 88). Tal posição está, ao mesmo tempo, ancorada no debate social e distante dele, por uma preocupação de formalização teórica e de rigor empírico, influenciando os atores sociais tanto quanto é por eles influenciada. Outro aspecto que merece destaque é que a constituição da sociologia francesa do trabalho, nos anos 50, deu-se em torno da constatação de uma mutação na sociedade e na civilização, para a qual as transformações do trabalho desempenhavam um papel estruturador. Sejam elas analisadas, essencialmente, como passagem da civilização natural para a civilização técnica, do sistema profissional para o sistema social de produção.

A noção de qualificação, mesmo sem o mesmo sentido para todos os autores, sempre constituiu um indicador dessas mudanças, na medida em que remetia ao valor social das tarefas realizadas e às modalidades – principalmente a duração – de formação dos trabalhadores. Sobre a emergência de um novo modelo da competência nas instituições, Dubar (1998, p. 97-98) demonstra cinco modelos com o fim de montar o modelo de competência, considerado como uma alternativa ao da qualificação que regia as relações de trabalho:

- a) Novas normas de recrutamento privilegiam o nível de diploma em detrimento de qualquer outro critério, provocando frequentes



- desclassificações na contratação e acentuando as dificuldades de inserção dos baixos níveis;
- b) Uma valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado de carreira acarreta novas práticas de entrevistas anuais, de fichários, porta-fólios e balanços de competência;
 - c) Novos critérios de avaliação valorizam essas competências de terceira dimensão, que não são habilidades manuais nem conhecimentos técnicos, mas, antes, qualidades pessoais e relacionais: responsabilidade, autonomia e trabalho em equipe;
 - d) A instigação à formação contínua constitui uma peça-chave nesse novo dispositivo da mobilização que é a formação;
 - e) O desabono, direto ou indireto, dos antigos sistemas de classificação, fundados nos níveis de qualificação oriundos das negociações coletivas, e a multiplicação de fórmulas de individualização dos salários.

Sobre outro olhar, Hirata (1994) apresenta as tendências recentes do debate em Sociologia e em Economia do trabalho sobre a evolução das qualificações e organizações na empresa, mudanças que configuram, hoje, a emergência de um novo paradigma produtivo, considerado alternativo ao fordismo. A autora demonstra as características de qualificação e, de forma geral, as do trabalho a partir do novo paradigma de produção emergente, fruto de análise dos debates acadêmicos que acompanham essas mudanças. Critica os paradigmas produtivos e os novos paradigmas de qualificação a partir da introdução, da análise, da divisão internacional do trabalho e da divisão sexual do trabalho, na qual mostra que a especialização flexível não parece um conceito pertinente para a mão-de-obra feminina, nem no Brasil e nem nos países de capitalismo mais avançado. Por último, aborda a questão da subjetividade e dos componentes intersubjetivos da competência, novos paradigmas de produção, de trabalho e de qualificação tornam incontornável a reflexão sobre o lugar do sujeito.

Sobre os novos paradigmas de produção e a evolução da divisão do trabalho e da qualificação, Hirata aponta o modelo da especialização flexível a partir do incremento das inovações organizacionais e tecnológicas, a descentralização e a abertura ao



mercado internacional possibilitariam uma fábrica “flexível” – no plano da hierarquia das qualificações, na mobilidade dos trabalhadores, o trabalhador temporário, possibilidade de variar o emprego e o tempo de trabalho – deveria permitir a superação da crise da produção de massa fordista, que teria como corolário a volta a um trabalho de tipo artesanal, qualificado e com uma relação de cooperação dentro da indústria. Assim, podem-se apontar três formas de qualificações analisadas por Hirata (1994, p. 128): a *qualificação real* (conjunto de competências e habilidades, técnicas, profissionais, escolares, sociais), a *qualificação operatória* (potencialidades empregadas por um operador para enfrentar uma situação de trabalho) e a *qualificação como uma relação social* (resultado de uma correlação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores).

Nesse sentido, o que Hirata (1994) quer mostrar em sua análise é a passagem da polarização das qualificações ao modelo da competência. A modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados, pois as novas tecnologias reforçariam a divisão do trabalho e a desqualificação da mão-de-obra. A qualificação social ou informal é amplamente solicitada para a implantação de novas tecnologias. Esse fato aponta para dentro da sociologia das qualificações à emergência do modelo da competência.

A introdução da divisão sexual do trabalho tem como primeira consequência fazer explodir a unidade categorial empresa, pois as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessam o conjunto da sociedade, e não apenas o espaço da empresa. Pode-se também apontar outra consequência importante: a introdução da dimensão de gênero questiona fortemente as ciências sociais e as ciências econômicas, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal. Assim, a noção mesma de flexibilidade ou de especialização flexível foi construída ignorando todo enfoque de gênero, pois “os primeiros exames sobre empresa apontam para a divisão sexual do trabalho e a inovação mostrou que tais inovações podem reforçar a marginalidade das mulheres, e que podem construir um perigo, sobretudo para as mulheres não qualificadas” (HIRATA, 1994, p. 131). Esse processo indica diferenças no plano de qualificação, da formação e da flexibilidade quando indica dois cenários sexuados na flexibilidade: a) coexistem dois setores um flexibilizado



masculino e outro taylorizado feminino; b) todos os setores, masculinos e femininos são afetados pela modernidade.

Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho surgiram a partir das análises comparativas. O que tem predominado na América latina, até agora, não são as redes de empresas no sentido mais horizontal, mas, sim, cadeias produtivas verticalizadas, cujas principais características seriam: a grande assimetria de poder existente na relação entre as empresas, a ausência ou fragilidade da regulação dessas relações e a fragilidade dos espaços de negociação existentes para negociar os processos de reestruturação e terceirização – é o que nos afirma Abramo (1998). A inserção feminina nesse mercado gera novos processos de exclusão ou precarização do trabalho.

Hirata (2008) mostra, a partir de um estudo comparativo entre França, Japão e Brasil, que analisar o trabalho feminino implica uma reconstrução do trabalho que inclua o sexo social (gênero) e o trabalho doméstico no conceito de trabalho, pois abrange tanto o trabalho profissional como o doméstico, produção/reprodução, trabalho assalariado/família, classe social/sexo social são categorias indissociáveis.

A partir da dinâmica de passagem das mulheres do trabalho industrial para o comércio (setor de serviços), pode-se observar o desenvolvimento da polarização do emprego feminino em dois segmentos: o primeiro, em cargos executivos, pelas profissões intelectuais altamente qualificadas (juristas, magistradas, pesquisadoras, engenheiras, etc.); o segundo, profissões consideradas femininas (setor de saúde, educação, trabalho em escritórios).

A questão da relação entre vida profissional e vida familiar, o peso do trabalho doméstico e como é partilhado desigualmente são apontados por Hirata (2008) pelos modelos: tradicional, de conciliação, da parceria e da delegação, que possibilitou tanto as políticas para a família e trabalho das mulheres, quanto o trabalho feminino na esfera pública e a contratação de outras mulheres para o cuidado da casa, em especial, mulheres de migração.

A relação diferenciada das mulheres e dos homens com a técnica e no que diz respeito à qualificação encontram-se no centro da divisão sexual do trabalho que se dá atualmente. Como principal questão, Hirata (2002) analisa que as mulheres são ausentes enquanto atores sociais ou invisíveis – nas pesquisas teóricas –, também são quando se



trata de abordar o tema *tecnologia e divisão do trabalho*. Assim, discute de que maneira a tecnologia afeta a organização do trabalho, os postos e a qualificação do trabalho e dos trabalhadores se a mão-de-obra for masculina ou feminina? Para a autora, o controle masculino da tecnologia desqualifica as mulheres da mesma maneira que os técnicos e os cientistas do capital desqualificam os operários. Assim, o tema do poder masculino e da apropriação masculina da tecnologia estaria na origem da relação diferencial das tecnologias de acordo com os sexos.

A relação das mulheres e dos homens com as técnicas na indústria deu-se, inicialmente, ao ramo têxtil – divisão existente na família e os custos relativos –, o que explica a entrada da mulher na indústria manufatureira. Mas a tecnologia é também um dos fatores que está na origem dessa feminização (diminuindo a intensidade do esforço físico, ao simplificar o trabalho). Pode-se perceber que as relações entre as técnicas e os equipamentos utilizados e a divisão sexual do trabalho desenvolve três dificuldades: há um tipo de máquinas confiadas às mulheres – as tarefas femininas são predominantemente manuais; as qualidades requeridas são muito diferentes – a rapidez e a destreza maior das mulheres; a diferenciação entre tarefas masculinas e femininas é nítida – a utilização de tornos automáticos modernos descarta as mulheres.

Segundo Kergoat (1982), a distinção homem/mulher era clara, ou seja, não se confiavam às mulheres as máquinas complexas. Para a autora, essa mesma lógica está na origem da clivagem entre tarefas masculina e feminina, nos outros trabalhos da metalurgia que foram analisados na nessa mesma obra, em que o sexo da mão-de-obra varia de acordo com o nível de automação e de qualificação.

D. Kergoat, ao analisar o emprego, a qualificação e as relações no trabalho, apresentou hipóteses de alcance geral. Para ela, a tecnologia não leva, mecanicamente, a uma evolução do trabalho, mas, sobretudo, abre diversos campos possíveis de evolução, fato que se estabelece em função do social; a divisão social do trabalho tende a aumentar com a evolução tecnológica, tanto no nível da divisão sexual, quanto no da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Assiste-se, de fato, a processos de superqualificação/desqualificação da força de trabalho, que aumentam com uma divisão sexual da distribuição dos pontos no processo de trabalho cada vez mais solidada; as próprias noções de trabalho manual, trabalho intelectual devem ser redefinidas.



Tais hipóteses desenvolvidas por Kergoat necessitam de uma reflexão sobre a divisão sexual, devido às mudanças tecnológicas recentes em alguns ramos e setores econômicos como o da educação, por exemplo, as mulheres estão mais qualificadas que os homens. No entanto, a jornada de trabalho das mulheres docentes não é igual a dos homens no espaço privado, e, além disso, na hierarquia das instituições escolares, os homens ainda estão em posição privilegiada.

4 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. TODARO, Rosalba. Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina. In: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.

ABRAMO, Laís. Um Olhar de Gênero: Visibilizando Precariações ao longo das Cadeias Produtivas. In: ABRAMO, L. ABREU, A. R. de Paiva (org.) **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino- Americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, no. 87, p. 335-351, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. vol. 28. nº101. Campinas. Set./Dez. 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 2001.

CASTELLS. Manuel. O Fim do Patriarcalismo: movimentos sociais, família, sexualidade na era da informação. In: **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

_____. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. In: **Sociedade em Rede – a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Nadja; DEDDECA, Cláudio Salvatore. Flexibilização e Precarização: tempos mais duros. In: CASTRO, Nadja; DEDDECA, Cláudio Salvatore (orgs). **A ocupação na América Latina: tempos duros**. Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. SP/RJ: ALAST, 1998.



- COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.
- CRUZ, Maria Helena Santana. Cidadania, Crise do Trabalho e Gênero: desafios para estabilização dos direitos. In: NEVES, Paulo S. C. (org.). **Educação, Cidadania e Questões Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, São Cristóvão: UFS, 2009.
- _____. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: UFS, 2005.
- DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. In: **Educação e Sociedade**, Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, Campinas: CEDES, nº 64, set/1998.
- FRIEDMAN, Betty. **The femininemystique**. Londres: Penguin, 1963.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- GENTILI, P.; LEVY, B. **Espacio público y privatización del conocimiento: estudios sobre políticas universitarias en América Latina**. Buenos Aires: clacso, 2005.
- HALL, Stuart. Old and new identities, old and new ethnicities. In: KING, Anthony D. (Ed.). **Culture globalization and the world-system**. Londres, LacMilan, Nova York: State University of New York, 1993.
- _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Loyola, 2003.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, J. C. et al (Orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação – debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____; SEGNINI, Liliana. **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2007.
- HIRATA, Helena. Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, no Japão e no Brasil. In: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.
- _____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Vol. 2. N.3. 1994.
- KERGOAT, Danièle. HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.
- _____. **Les Ouvrières**. Paris: Sycomere, 1982.
- LAURETIS, Teresa. The technology of gender. In: LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.



LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausência. Contribución a la teoría de las representaciones.** Henri Lefebvre; trad. de Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006.

MILLETT, Kite. **Sexual Politics.** New York: Doubleday & Company, 1969.

NICHOLSON, Linda. Interpreting gender. **Sings: journal of women in culture and society**, Chicago, vol. 20, nº 1, 1994, pp.79-105.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.** São Paulo: Brasiliense, 1989a.

SAFFIOTTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Uma Questão de Gênero.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Do Artesanal ao Industrial: A exploração da Mulher: um estudo de operarias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos.** São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTANA, Marco A. RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** São Paulo, Record, 2001.

SOUZA, Aparecida Neri de. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: FVG, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Vol. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 71-99.